



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF

Pc: 36610/2018-e

**PARECER:** 1029/2018– GP1P

**ASSUNTO:** EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 36.610/2018-e

**EMENTA:** 1. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL – SEDESTMIDH. EDITAL Nº 1/2018. PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA NO CARGO DE TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL. ESPECIALIDADES: AGENTE SOCIAL E CUIDADOR SOCIAL, DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.  
2. A **ÁREA TÉCNICA** OPINOU PELO **REGULAR ANDAMENTO** DO CONCURSO COM SUGESTÃO DE ADEQUAÇÃO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.  
3. **PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.**

1. Cuidam os autos de conhecimento e análise do Edital nº 1/2018<sup>1</sup>, publicado no DODF de 27/11/2018, para realização de concurso público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH.

2. A zelosa Divisão de Atos de Admissões, por meio de instrução técnica<sup>2</sup>, analisou os principais pontos apresentados no instrumento convocatório e entendeu pela sua **regularidade**, apontando, contudo, necessidade de **inclusão, exclusão e retificação** de itens do edital, para garantir a lisura do certame.

3. Nesse sentido, o Corpo Técnico sugeriu ao c. **Plenário**:

*“I – tomar conhecimento do Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27/11/2018, que divulga concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades: Agente Social e Cuidador Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (Peça 1);*

GP1P-V

<sup>1</sup> e-DOC E7ED09C7-e

<sup>2</sup> e-DOC 8C86CCD0-e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF

Pc: 36610/2018-e

***II – determinar** à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF – SEDESTMIDH que, **no prazo de 5 (cinco) dias**, relativamente ao Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27/11/2018:*

- a) **exclua o subitem 16.1**, tendo em vista que sábado não é dia útil, a teor do art. 216 c/c o art. 219 do Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13105/2015), retificando-se, pela mesma razão, o subitem 1.8.1;*
- b) **inclua subitem** contendo as condições de **isenção do pagamento da taxa de inscrição constantes das Lei n.ºs 5818/2017 e 5968/2017**;*
- c) **inclua subitem** para deixar consignado que o procedimento para a eventual nomeação de candidatos com deficiência obedecerá ao estabelecido na **Decisão Normativa n.º 01/2018 – TCDF**, publicada no DODF de 13/06/2018;*
- d) **retifique o subitem 14.8** de modo a adequá-lo à regra contida no **art. 59 da Lei n.º 4949/2012**, que determina **ajuste proporcional ao sistema de pontuação, no caso de questão anulada**;*
- e) **inclua o conteúdo programático** expresso no **art. 10, VII, 'a', da Lei n.º 4949/2012**, atentando para a regra contida no **art. 12, parágrafo único**, do referido diploma normativo, a qual estabelece que, exceto na hipótese de supressão, a alteração no conteúdo programático previsto no edital ensejará recomeço da contagem do prazo a que se refere o art. 11, I, a partir da publicação da alteração;*
- f) **inclua o cronograma de nomeações**, conforme exige o **art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4949/2012**, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário;*

***III - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame.**" (Grifos acrescidos e no original).*

4. Os autos deram entrada no Gabinete da Primeira Procuradoria em 3/12/2018, encaminhados pelo i. Cons. **Inácio Magalhães Filho** por meio do r. Despacho Singular n.º 614/2018-GCIM (e-DOC 7657E631-e), requerendo urgência na apreciação por parte do Órgão Ministerial.

5. É o que basta relatar. Passo a opinar.

6. Imperioso consignar que serão apontadas neste Parecer apenas as disposições mais relevantes do instrumento convocatório, uma vez que, em virtude da **ausência de evidente ilegalidade que macule o certame**, não carece o apontamento de todos os itens existentes.

7. Em análise do Edital n.º 1/2018-SEDESTMIDH, pude constatar que assiste razão à Unidade Instrutiva quanto aos termos constantes do exame empreendido no bojo da Informação com e-DOC 8C86CCD0-e, pelos motivos que passo a abordar.

8. No que concerne ao **subitem 1.8.1**, que dispõe sobre **a impugnação do Edital**, a previsão editalícia é no sentido de que o certame e eventuais retificações poderão ser



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF

Pc: 36610/2018-e

impugnados no prazo de 5 dias úteis, contados da respectiva publicação, incluindo o sábado. Como bem destacado pela zelosa Unidade Técnica, a teor do art. 216<sup>3</sup> c/c o art. 219<sup>4</sup> do Novo Código de Processo Civil, **sábado não é considerado dia útil**, razão pela qual, referido subitem deve ser **retificado**. Pelo mesmo motivo, o **subitem 16.1** do edital, que estabelece que sábado é considerado dia útil, deve ser **excluído** do certame.

9. No que se refere ao **subitem 3.12**, que dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição do concurso em comento em consonância com as disposições contidas no art. 27, I e II, da Lei nº 4.949/2012, o **Parquet** especializado entende pertinente a sugestão alvitrada pela Unidade Técnica para que o ato convocatório seja **retificado** de modo a que sejam previstas as condições de isenção de taxa estipuladas pelas Leis nºs 5.818/2017<sup>5</sup> 5.968/2017<sup>6</sup>.

10. Cumpre destacar que o Edital reservou 20% das vagas às pessoas com deficiência (subitem 2.2.1.1), bem como previu a solicitação de condição especial para a realização da prova (subitem 3.13), inclusive da candidata lactante (subitem 3.13.4), ficando demonstrada a observância da legislação distrital vigente nesses casos.

11. Ainda no que tange ao preenchimento das vagas por pessoas com deficiência, o **Parquet** comunga com a sugestão da Unidade Técnica de que o procedimento da eventual nomeação de candidatos com deficiência obedeça ao disposto na r. Decisão Normativa nº 1/2018, nos moldes do deliberado no item II, c, da r. Decisão nº 3.179/2018.

12. Quanto ao valor da taxa de inscrição (R\$ 85,00), este foi estipulado dentro do limite estabelecido no art. 22 da Lei nº 4.949/2012, sendo inferior ao máximo legal de 5% do valor da remuneração inicial do cargo.

13. Por outro lado, vale destacar que a Jurisdicionada deve adequar o Anexo I do Edital, no sentido de contemplar o art. 10, VII, a, e 12, parágrafo único, ambos da Lei nº 4.949/2012. Para tanto, a SEDESTMIDH deve observar a regra prevista no art. 11, I, da mesma lei.

14. No mesmo sentido, concernente à pontuação relativa a questões anuladas, o edital deve ser retificado no sentido de se adequar ao art. 59 da Lei nº 4.949/2012. Além disso, conforme disposto no art. 10, II, **in fine**, da Lei nº 4.949/2012, deve constar o cronograma para as nomeações, ainda que em caráter provisório e suscetível a alterações futuras decorrentes das condições econômicas e financeiras do GDF à época.

<sup>3</sup> “Art. 216. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.”

<sup>4</sup> “Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.”

<sup>5</sup> Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal para os eleitores que tenham prestado serviço eleitoral.

<sup>6</sup> Dispõe sobre a redução no valor da taxa de inscrição em concursos públicos realizados no Distrito Federal para cadastrados no banco de dados como possíveis doadores de medula óssea.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF

Pc: 36610/2018-e

15. Desse modo, no tocante à divulgação do Edital e às informações que obrigatoriamente devem estar nele contidas, **ressalvados os ajustes nos subitens supracitados**, verifico **não haver reparos a serem feitos**, uma vez que foram observadas as determinações dispostas na Lei nº 4.949/2012 e na Lei Complementar nº 840/2011.

16. Ante o exposto, o **MPC/DF** não vislumbra considerações a acrescentar às conclusões do Corpo Técnico, motivo pelo qual **converge** com as sugestões oriundas da Unidade Instrutiva.

É o Parecer.

Brasília, 6 de dezembro de 2018.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA**  
Procuradora em substituição